

7

NEOLIBERALISMO E EXTREMA-DIREITA NA EUROPA*

*Marcela Uchôa
Jonas Van Vossole*

INTRODUÇÃO

Para compreender os impactos da extrema direita na Europa e suas consequências na política internacional, seja para a classe trabalhadora pauperizada, seja para elites econômicas detentoras do grande capital, é preciso entender o processo que nos fez chegar até aqui. Esse caminho tem suas raízes no fascismo histórico Europeu dos anos 20 até a segunda guerra mundial, bem como na crise do modelo de Estado de bem-estar e a ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 80. Começaremos com uma breve contextualização histórica do fascismo na Europa. Desenvolveremos a emergência do neoliberalismo na Europa, seu impacto social e político na Europa ocidental e na Europa de Leste e seus efeitos na reemergência da extrema-direita no quadro Europeu. Por fim focamos na recente “crise dos refugiados” e o impacto nos resultados eleitorais pela Europa.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O fascismo clássico Europeu, no final da década dos anos 1920, surge como uma resposta reacionária aos processos revolucionários no período pós Primeira Guerra Mundial – onde destacamos a revolução bolchevique na Rússia (TROTSKY, 1971). Estes processos tiveram um impacto importante no fortalecimento político das classes trabalhadoras na maior parte dos países Europeus. Mesmo que não tenham levado às

*DOI – 10.29388/978-65-86678-37-6-0-f.151-166

transformações revolucionárias que tivessem suprimido o capitalismo, na maioria dos países os trabalhadores – na maior parte só os homens – ganharam poder de voto. Pela primeira vez, organizações de massas dos trabalhadores tiveram representação política em peso nos parlamentos e até nos governos. Este fato, em combinação com a nova crise do capitalismo que emergiu com a queda da bolsa de *Wall Street* em 1929, articulou uma onda reacionária que visou combater o movimento dos trabalhadores pela violência e a supressão dos direitos democráticos, baseando-se em militarismo, nacionalismo e racismo.

O movimento começou com o surgimento do fascismo Italiano, sob liderança de Benito Mussolini, que surgiu depois da revolução falhada do chamado Biênio Rosso – dois anos de lutas de classe intensas após a primeira guerra mundial. Através da incorporação de alguns elementos simbólicos dos movimentos socialistas, Mussolini prometeu estabilidade política às elites, baseado na violência, disciplina e o nacionalismo. Movimentos do tipo fascista espalharam-se por toda a Europa. Exemplos são a União Britânica de Fascistas liderada por Oswald Mosley na Grã-Bretanha, ou REX liderado por Leon Degrelle na Bélgica. Depois da Itália de Mussolini, - e no seguimento de outros processos revolucionários anticapitalistas falhados, vários regimes caíram nas garras do fascismo.

O nazismo Alemão, liderado por Adolf Hitler, é o mais icônico. O Nazismo nasceu das milícias de direita - Freikorper – que nos anos vinte combatiam a ameaça comunista e a consideravam uma traição à nação alemã. Inclusivamente culpavam o movimento antiguerra e o processo revolucionário de 1918, de ter dado o golpe que levou à derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Cooptando alguma simbologia do forte movimento operário alemão – incluindo o nome: *Nazional-Sozialismus* – os fascistas Alemães fizeram uma aliança com os maiores grupos do capital Alemão – é importante lembrar de marcas como a BOSS, KRUPP, PORSHE-VW- para proteger a economia Alemã em permanente colapso desde a guerra, pela destruição da esquerda e criação de um novo bode expiatório; as raças inferiores: os ciganos, eslavos e principalmente os judeus. Principalmente estes últimos figuravam como tema central nas teorias de conspiração. Os nazis procuravam o papel maléfico do Judeu desde o seu papel como inimigo de Cristo no novo testamento, o supos-

to controle do capital estrangeiro e a influência intelectual nos bolcheviques – desde Marx a Trotsky.

Também em Portugal e Espanha os processos tumultuados dos anos vinte e trinta culminaram em golpes fascistas. Em Portugal, o período complexo da primeira república abriu espaço para a implementação do Estado Novo em 1933. Regime ditatorial liderado por António Oliveira de Salazar, que se manteria no poder até a revolução de abril de 1974 – a ditadura fascista mais longa da história da Europa. Na Espanha foi Francisco Franco, general do exército colonial em Marrocos – apoiando-se no movimento fascista *Falange Española* – que se insurgiu contra o governo republicano de Madrid e os processos revolucionários que se organizavam na mesma altura, provocando a Guerra Civil Espanhola. Franco e os militares nacionalistas derrotaram militarmente o governo republicano, bem como anarquistas, socialistas e brigadas internacionais antifascistas, provocando centenas de milhares de mortos e refugiados.

DO PÓS-GUERRA AO NEOLIBERALISMO

A Segunda Guerra Mundial, com a vitória militar da União Soviética e as democracias liberais ocidentais lideradas pelos EUA sobre as potências fascistas, pôs fim à maioria dos regimes de extrema direita na Europa. Só os regimes autoritários na periferia Europeia - Portugal, Espanha e Grécia – sobreviveram como potenciais aliados da NATO no contexto de guerra fria. A reestruturação das relações internacionais e das formas de Estado no pós-guerra sob os acordos de *Bretton Woods*, visava impossibilitar um retorno às tensões que ameaçavam o poder capitalista na grande crise dos anos 1930. Naquele momento, a grande preocupação das elites europeias era assegurar a sensação de bem-estar e paz social e estabelecer uma espécie de acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores. A doutrina econômica dominante viria a ser a teoria de John Keynes (1971), que alcançou notoriedade na década de 1930 em resposta à Grande Depressão. Após a Segunda Guerra Mundial, era relativamente comum que legisladores recorressem à orientação da teoria keynesiana para controlar as recessões e manter os ciclos de negócios pela intervenção estatal na economia (HARVEY, 2007). O contexto da

reconstrução da economia permitiu um grande impacto econômico no período pós-guerra que garantiu uma certa estabilidade política e econômica na Europa até a crise do petróleo nos anos 70.

Em resposta a essa crise, a doutrina neoliberal emergiu em oposição às teorias do Estado intervencionista. Esta doutrina foi profundamente influenciada pelo filósofo e economista Friedrich von Hayek, que com ajuda de outras várias figuras da escola Austríaca criou a *Mont Pelerin Society* em 1947, uma organização que reuniu pares em torno da promoção do liberalismo e de seus princípios. A defesa da liberdade de expressão, livre mercado, orientada por um ideário que transitava entre liberalismo e neoliberalismo, conseguiu agregar pessoas que viriam a influenciar profundamente o pensamento econômico e filosofia neoclássica, como Ludwig von Mises, o filósofo Karl Popper, e o economista Milton Friedman. Os membros do grupo se consideravam "liberais" em função do seu compromisso com os princípios de livre mercado da economia neoclássica. Teorias de um planejamento estatal centralizado como as propostas pelo economista polonês Oscar Lange (2015), mais próximo da tradição marxista, bem como as keynesianas, eram rejeitadas por estes liberais. Para eles as decisões do Estado eram politicamente tendenciosas e economicamente ineficientes, já que dependiam da força de grupos de interesses como sindicatos, ambientalistas e ideologias. A sua grande preocupação era que o Estado não viesse a rivalizar com o mercado.

Contudo, é importante referir que a economia neoclássica não é facilmente compatível com ideais de liberdade individual, nem a teoria é rigorosa: sua desconfiança com respeito a todo poder estatal ocorre na medida em que se faz necessário um Estado forte. Dependendo das circunstâncias pode vir a ser coercitivo, defendendo sobretudo os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento.

O processo de neoliberalização que surge no final da década de 1970 como um projeto utópico visava por um lado realizar num plano teórico a reorganização do capitalismo internacional; mas também concretizar um projeto político para restabelecer as condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Esta medida foi não só muito eficaz na revitalização da acumulação do capital

global, como teve notável sucesso na reestruturação do poder de uma nova elite econômica (HARVEY, 2007) Segundo David Harvey (2007) de um ponto de vista teórico a utopia do neoliberalismo como potencial antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo já há algum tempo se encontrava oculto sob o discurso da política pública.

Após os anos 80 a mudança profunda do sistema econômico internacional, sob as alçadas do neoliberalismo, marca a viragem econômica a que se tem chamado globalização. Esta é uma expansão do sistema capitalista a regiões do globo onde não tinha mais alcance, aliada a uma nova ordem internacional que culmina a construção de um mundo unipolar resultante da implosão do sistema soviético.

O NEOFASCISMO NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

No período pós-guerra, em consequência da derrota militar do nazismo e vingança contra seus colaboradores políticos, os movimentos abertamente fascistas ficaram marginalizados e começaram a trabalhar de forma escondida. Nunca desapareceram totalmente, chegaram inclusive a formar redes de apoio a fugitivos nazis. No período de Guerra fria – com a ameaça da União Soviética à porta – vários serviços secretos da NATO apoiaram e reorganizaram estes movimentos paramilitares informais – sob a forma das chamadas “*stay-behind-networks*” – comumente referidas como “operação gladio” em países como a Alemanha, Dinamarca, Bélgica, Grécia, Itália e até Portugal. A ideia era que estes grupos fascistas poderiam formar uma base de apoio paramilitar no caso duma eventual invasão soviética da Europa. Nos anos 70 e 80 várias destas organizações são conectadas a uma onda de terrorismo de extrema-direita na Europa nos anos 80.

A partir dos anos 80 – na consequência da crise dos anos ’70, e com ela a insurgência do “neoliberalismo” - uma nova extrema-direita começou a insurgir-se nos países centrais da Europa ocidental. O novo alvo principal seriam as populações imigrantes, principalmente os imigrantes muçulmanos do norte de África e Médio-Oriente.

As populações imigrantes turcas, argelinas e marroquinas nos países Norte-Europeus tiveram origem na procura de mão de obra barata para as indústrias pesadas e o sector mineiro nos anos 1950. No contexto das lutas sindicais e dos estabelecimentos dos estados de bem-estar social-democratas nos anos do pós-guerra, os salários e direitos dos trabalhadores “nativos” tinham aumentado de tal forma, que o grande capital – em colaboração com os estados – organizou campanhas de migração massiva, prometendo um futuro melhor a estes trabalhadores migrantes, muitas vezes camponeses oriundos das periferias mais pobres e conservadoras de seus países.

Quando a crise econômica chegou depois da crise do petróleo, muitas destas indústrias pesadas entraram em colapso. As minas de carvão e grande parte da indústria pesada fecharam as portas, causando um alto índice de desemprego. Os trabalhadores migrantes, que tinham sido prometidos um futuro melhor, ficaram sem trabalho e foram abandonados sem apoio do Estado, sem redes sociais e muitas vezes sem sequer ter conhecimento das línguas locais. Racializados, empobrecidos e marginalizados, rapidamente se tornaram como bode expiatório de um novo neofascismo insurgente que emergiu na Europa do Norte nos anos 1980. Baseado numa retórica contra estas populações imigrantes, novas forças neofascistas, como a Frente Nacional em França, *Vlaams Blok* na Bélgica, NPD na Alemanha terão seu primeiro sucesso eleitoral nos anos 1990.

Com o desaparecimento da União Soviética, a vitória ideológica do neoliberalismo, e o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores socialistas e anticapitalistas, aqueles movimentos conseguiram capitalizar eleitoralmente no desastre social consequência da crise e da primeira vaga “austeritária”. A figura do migrante seria culpabilizada pela falta de emprego – porque ocupavam o lugar dos “nativos” – e ao mesmo tempo construía-se a ideia que o migrante não trabalhava e vivia dos subsídios de desemprego pago pelos “trabalhadores nativos”.

Este novo contexto histórico caracteriza-se pelo esgotamento da capacidade de representação das democracias chamadas liberais e também o esgotamento, a partir da perestroika, dos modelos de socialismo que estavam vigentes em grande parte da Europa e abre espaço para que uma reinterpretação de uma velha ideologia aparecesse como nova.

No Leste Europeu, a recente ascensão da extrema-direita encontra sua base no desastre social que sucedeu a desintegração da União Soviética, os estados do chamado “socialismo realmente existente”. No Leste Europeu, a recente ascensão da extrema-direita encontra sua base no desastre social que sucedeu a desintegração da União Soviética, os estados do chamado “socialismo realmente existente”. Quase imediatamente após a queda do bloco soviético – principalmente em consequência da irrupção de nacionalismos violentos no contexto das guerras no Balcãs e a cisão da Checoslováquia – teóricos liberais temiam que a extrema-direita preenchesse o vácuo deixado. Procuravam a explicação na “[...] falta de cultura democrática” deixada por meio século de dominação estalinista (MUDDE, 2000, p. 6).

Durante décadas, esses regimes – mesmo que altamente burocráticos - tinham garantido um certo bem-estar social e desenvolvimento econômico para as suas populações. Sua queda significou o total desmantelamento de toda a redistribuição e proteção social. Sob os novos regimes “democráticos” que surgiram no vazio deixado pela União Soviética, as economias foram destruídas. As indústrias nacionais foram privatizadas beneficiando o capital estrangeiro e líderes políticos corruptos. Outras foram à falência num novo contexto de livre comércio extremo num contexto de globalização neoliberal a partir dos anos ’90.

As estatísticas que demonstram uma redução na expectativa média de vida ilustram bem este desastre. Entre 1987 e 1994, em tempo recorde, a expectativa de vida para homens Russos caiu de 65 anos para 57 anos. Toda a Europa do leste sofreu um aumento enorme de emigração, empobrecimento, desemprego e consumo de álcool e de drogas. As novas elites econômicas locais – que se formaram sob a pilhagem dos restos soviéticos - viam na integração da União Europeia uma saída dessa crise social e econômica profunda e uma hipótese de fazerem parte do ocidente rico e desenvolvido.

O preço da integração era, no entanto, a implementação incondicional e completa do chamado *Acquis Communautaire* – o conjunto de normas e leis que gerem a União Europeia e que desde o final dos anos oitenta e início dos anos noventa – principalmente desde os acordos de Maastricht – ganharam um caráter explicitamente neoliberal. Esse acon-

tecimento, obriga os Estados a garantir o livre comércio e uma gestão austera das contas públicas. Em consequência, sua implementação obriga os Estados nacionais a privatizar suas empresas estatais e a remover quaisquer medidas protetoras da economia local e nacional – alegando que aquelas impossibilitavam a livre concorrência e o mercado Livre. As obrigações de austeridade orçamental, por outro lado, obrigam a reduzir os serviços públicos e apoios sociais. A falta de debate público e a imposição unilateral das regras Europeias aos novos Estados membros do Leste Europeu, aprofundaram sentimentos nacionalistas e uma abertura para partidos de extrema-direita (DE RIDDER; SCHRIJVERS; VOS, 2008, p. 248–530).

Obviamente que o principal beneficiário deste programa neoliberal foi principalmente o capital dos países centrais, mais ricos da União Europeia. Este tinha todo o interesse em expandir seus mercados na sua periferia, adquirindo grandes investimentos a preços de saldo. Para a classe trabalhadora nos países periféricos, a integração Europeia não trouxe o tão esperado estado de bem-estar social nem os salários dos países ocidentais. Os novos investimentos do capital estrangeiro só estavam interessados na superexploração de milhões de novos trabalhadores com salários miseráveis e competitivos.

Rapidamente, no vácuo político deixado, esta frustração social se transformou em aspirações nacionalistas, xenófobas e num moralismo conservador. Na Polônia por exemplo, o catolicismo nacionalista que outrora tinha incentivado o associativismo e sindicalismo de *Solidarnosc* que jogou um papel importante no derrube do estalinismo na Polônia, agora se cristalizou na ascensão ao poder dos irmãos Kaczyński – com um discurso conservador, católico, nacionalista, e uma crescente homofobia e ataque aos direitos das mulheres – nomeadamente na questão do aborto. Também na Alemanha de Leste, a antiga RDA, a extrema direita preencheu parte do vácuo deixado, expressando se não só em votações notáveis das forças neofascistas como o NPD, o sucesso do movimento PEGIDA – Europeus patrióticos contra a “islamificação” do Ocidente -, e do novo partido *Alternative Für Deutschland* que conquistou 94 dos 630 deputados do *Bundestag* em 2017, (BELLO, 2019, p. 123) mas também

numa onda de terrorismo e assassinatos racistas perpetrados por grupos de extrema-direita.

A revolução *Euromaidam* na Ucrânia, que pôs fim ao governo pró-Russo de Yanukovitch em 2004, também abriu espaço para a extrema direita. Enquanto o movimento popular começou com reivindicações legítimas e democráticas contra o regime corrupto; por inexistência de uma alternativa de esquerda, o vácuo deixado foi rapidamente preenchido por uma aliança de liberais pró Europa por um lado e neonazis por outro. Os liberais entenderam que necessitavam desses grupos e milícias de extrema-direita para salvaguardar a unidade do país e combater a população Russa no leste do país. Assim, o país se tornou rapidamente num paraíso para a organização de grupos e redes neofascistas a nível Europeu. Hoje em dia é o ponto de encontro para campos de treino paramilitares para a extrema-direita de toda a Europa.

Victor Orban, primeiro-ministro da Hungria, é provavelmente a figura mais polêmica, assumidamente extrema-direita, no poder atualmente. Enquanto nos anos noventa se tinha assumido como liberal, foi reeleito em 2000 a base duma plataforma de direita radical. A maioria absoluta que obteve no parlamento deu-lhe o poder para alterar a constituição. (BELLO, 2019, p. 123) Estas alterações constitucionais visaram centralizar o poder no executivo, restringir a liberdade de opinião e enfraquecer o tribunal constitucional. A partir da crise dos refugiados em 2015 – maioritariamente consequência da guerra na Síria – Orban ficou conhecido como a voz pública mais conhecida contra o acolhimento de refugiados. Contra as regras de livre-trânsito de pessoas dentro da União Europeia, seu governo construiu um muro de 4 metros nas suas fronteiras para impedir a entrada de refugiados. Estas forças de extrema-direita no Leste Europeu têm-se juntado às forças neofascistas na Europa ocidental contra a imigração não-europeia e a suposta “invasão dos refugiados”.

A CRISE DOS REFUGIADOS NA EUROPA

Estas forças de extrema-direita no Leste Europeu têm-se juntado às forças neofascistas na Europa ocidental contra a imigração não-euro-

peia e a suposta “invasão dos refugiados”. Chamar-lhe nos nossos dias de «populismo», ou simplesmente «extrema-direita», é uma forma sintética e até simplista de definir o que é a readaptação ao contexto atual do fascismo na sua versão neofascista.

Fenômeno que se entrelaça hoje na atual grande crise de refugiados na Europa – provavelmente a maior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial – e marca o compromisso desse modelo econômico de desenvolvimento com as privatizações, austeridade fiscal, livre comércio, mas sobretudo o direito do grande capital sobre a vida humana.

O que conhecemos como “Crise Europeia dos Refugiados” consiste no período entre 2015 e 2016 no qual mais de um milhão de pessoas, maioritariamente refugiados sírios, mas também oriundos do Iraque, Afeganistão e África Subsaariana entraram na União Europeia. É preciso notar que dos 5 milhões de refugiados da greve na Síria, só 850.000 chegaram à Europa. A grande maioria foi acolhida pelos países vizinhos: 3,6 milhões na Turquia, 870.000 no Líbano, 660.000 na Jordânia. Esta suposta crise – que por si só é estigmatizante das populações imigrantes – “invasão de refugiados”, no entanto, teve um papel importante no fortalecimento do discurso da extrema-direita na Europa (KRZYŻANOWSKI; TRIANDAFYLLIDOU; WODAK, 2018).

Além das tradicionais razões políticas e econômicas que levam populações a migrar à procura de estabilidade, segurança e um futuro melhor, esta “crise” teve várias outras origens. A principal foi que até então, a União Europeia – de forma hipócrita - baseava sua política de controle migratório no “*outsourcing*” a regimes autoritários nas suas fronteiras. Em troca de benefícios financeiros e geopolíticos, Estados como Marrocos, Líbia e Turquia até então controlavam os fluxos migratórios com poucos escrúpulos ou respeito por direitos humanos. (STERKX, 2008)

A queda do regime de Khadafi na Líbia, e a reviravolta de Erdogan – que começou a utilizar a questão de livre passagem de refugiados como moeda de troca em relação aos conflitos na Síria e no Curdistão; trouxe a questão migratória para dentro das fronteiras da Europa. Assim sendo abriram-se duas rotas de migração: a passagem pela Grécia e os Balcãs e a rota pelo Mediterrâneo – organizada por redes de tráfico humano que pedem dezenas de milhares de Euros para a passagem desde o

Norte e África em pequenos botes sobrelotados que frequentemente são interceptados ou naufragam.

Desde 2014, mais de 15.000 pessoas morreram afogadas na tentativa de passar o mar mediterrâneo. As ONG's que se organizaram para salvar as vidas destes refugiados foram criminalizadas e processadas como colaboradores de tráfico humano. Governos, principalmente o italiano, têm recusado a entrada nos seus portos de navios com migrantes a bordo. Na Itália, na Grécia e nos Balcãs, mas também nos países do Norte da Europa, esta “crise” dos refugiados começou a dominar o debate político. Baseado na política do medo, “o refugiado” virou um alvo fácil nas mudanças do discurso hegemônico para uma securitização das questões sociopolíticas, a solidificação do discurso neoliberal e o reforço de tradicionais e novos discursos discriminatórios e racistas (KRZYŻA-NOWSKI; TRIANDAFYLLIDOU; WODAK, 2018).

RECENTES SUCESSOS ELEITORAIS DA EXTREMA-DIREITA

Eleitoralmente, estes novos discursos xenófobos têm reforçado as forças de extrema direita – também na Europa ocidental. Já tínhamos referido aos sucessos eleitorais de AfD na Alemanha. Este movimento ganhou notoriedade pela ligação ao Movimento anti-islâmico PEGIDA que chegou a mobilizar dezenas de milhares de pessoas nas ruas contra as políticas de acolhimentos de refugiados a partir de 2015.

Na Itália, Salvini, líder do partido de extrema direita Liga Norte, se projetou politicamente organizando manifestações contra a imigração ilegal a partir de 2015. Nas eleições de 2017, seu partido alcançou mais de 17% dos votos para o parlamento italiano, ficando como terceira força política do país. Como tal, entrou no governo com o partido populista Cinco Estrelas: como ministro de negócios internos e de segurança, entre 2018 e 2019, implementou uma dura política anti-imigração que ainda lhe reforçou a popularidade. Numa tentativa oportunista de rentabilizar esta nova popularidade, tentou provocar uma crise política no próprio governo – esperando novas eleições. Sua tentativa falhou porque seus parceiros de governo, o partido Cinco Estrelas, após essa “traição”, pre-

feriu formar um novo governo com o partido democrático, deixando os neofascistas fora do poder.

Na França, a Frente Nacional de Le Pen conseguiu atingir 33.9% na corrida presidencial de 2017 contra o atual presidente Emmanuel Macron. Também na Bélgica as forças de direita se reforçaram à base da questão da imigração. Na parte flamenga, o partido nacionalista *NVA* é atualmente a força mais votada. O *NVA* mantém-se nas fronteiras do discurso “democrático”, com um discurso nacionalista, neoliberal e defendendo uma política de imigração e integração “severa” – fornecendo até há pouco tempo o ministro responsável pelas questões ligadas à imigração. A crise política de 2018 a 2020 – de quase dois anos sem governo estável – foi provocada pelo mesmo partido que deixou cair o governo sobre a assinatura e implementação do pacto das Nações Unidas sobre as migrações, chamado “pacto de Marraquexe”. Além disso, o *NVA* conta à sua extrema-direita com a concorrência forte do histórico partido *Vlaams Belang*, com ligações claras neofascistas. Nas eleições regionais de 2019, este partido foi o segundo partido mais votado – depois de *NVA* – com 18,6% dos votos.

Em Espanha, o novo partido de extrema-direita *Vox*, entrou no parlamento em 2019, alcançando 3.6 milhões de votos, transformando-se no terceiro partido mais votado neste país. Também em Portugal, o novo partido de extrema-direita, *CHEGA*, liderado por André Ventura, tem se baseado num discurso xenófobo contra os refugiados e contra a população de etnia cigana. Combinado com um discurso contra a corrupção, serviu para eleger o primeiro deputado parlamentar abertamente de extrema-direita desde a derrota do regime fascista em 1974 nas eleições de 2019.

CONCLUSÃO

A extrema-direita que se estabelece como o fascismo clássico é um movimento contrarrevolucionário ou reacionário. Surgiu na consequência de movimentos revolucionários; numa tentativa de manter tudo igual – no que concerne às relações sociais-econômicas. Nesse sentido, não se trata de aplicar o termo “fascista” para todos os contextos, mas de

entender quais são as causas que fizeram surgir e proliferar estes fenômenos.

Para Walden Bello (2019), os novos movimentos de extrema-direita podem talvez não ser contrarrevolucionários no sentido clássico, como os do fascismo clássico, no sentido que não emergem como resposta a movimentos revolucionários frutos da luta de classes. No entanto, são contrarrevolucionários no sentido de darem respostas reacionárias, fundamentalistas e compreensivas a problemas causados pela globalização capitalista neoliberal. Nestas respostas, os migrantes, não brancos e muçulmanos são a ameaça originária para as comunidades, e todos os que simpatizam com eles - principalmente a esquerda - são traidores do povo.

A forma como o sistema capitalista se relaciona com a liberdade de ir e vir das pessoas é contraditória, ainda que precise de indivíduos “livres” para funcionarem como mão-de-obra barata, precisa ter controle sobre essas pessoas, que não podem ter as mesmas liberdades que outros cidadãos. A utilização do conflito multicultural para justificar a exclusão, só deixa claro que o problema não é o conflito entre culturas, mas um conflito entre visões distintas do modo como as diferentes culturas podem coexistir, mediante as regras que essas mesmas culturas terão de partilhar se pretenderem coexistir. Em Europa à deriva, Slavoj Žižek (2016) recorda que o medo que ronda o imaginário da população de a Europa ser inundada por estrangeiros, é característica do capitalismo global:

É como se os refugiados pretendessem estender a livre circulação global das mercadorias, também às pessoas. Do ponto de vista marxista, a «liberdade de movimento» tem de ser relacionada com a necessidade que o capital tem de mão de obra «livre» (milhões de pessoas arrancadas hoje às suas formas de vida comunitárias para que possam ser empregadas nas fábricas, como sucede hoje na China ou no México), bem como com a liberdade verdadeiramente universal de o capital se mover em torno do globo (ŽIZEK, 2006, p.75).

A extrema-direita que aparece hoje, ainda que corresponda a uma conjuntura histórica diferente do passado, é herdeira do fascismo dessa

época e esteve sempre presente no espectro político europeu desde 1945, muitas vezes apoiada por um certo formalismo jurídico (ADORNO, 2020, p. 44). A “nova” extrema-direita só consegue alcançar sucesso popular, eleitoral e midiático na medida em que reúne algumas das condições que costumam estar presentes quando o fascismo ou os neofascismos têm tido sucesso. O período das políticas neoliberais, o desaparecimento da alternativa de esquerda e anticapitalista, a crise econômica, a globalização neoliberal e o dismantelamento dos apoios e serviços públicos reúnem tais condições.

É importante dizer que no atual contexto em que vivemos, a maior parte dos movimentos extremistas se afirmaram com base no voto popular. Isto tem consequências para a sua expressão política, como enfatiza Theodor Adorno:

Ora, no que diz respeito à ideologia, a legislação impede que esta se manifeste completamente. Podemos dizer que todas as manifestações ideológicas do radicalismo de direita estão marcadas por um conflito permanente entre o «não poder dizer» e aquilo que, como afirmou recentemente um agitador, deve levar à audiência, à ebulição – e isto não levou à audiência à ebulição, posso dizer-vos para vos tranquilizar. Porém esse conflito não é apenas exterior. A pressão no sentido da adaptação a regras de jogo democráticas representa também uma certa mudança de comportamento e, neste sentido, também há ali um momento - como dizê-lo - de fragilidade, típico no reaparecimento destes movimentos. Os aspetos aberrantemente antidemocráticos desaparecem (ADORNO, 2020, p. 36).

A estratégia utilizada invoca a própria democracia, enquanto acusa os que desvelam as armadilhas da extrema direita de antidemocráticos. Por isso, não é suficiente reivindicar a democracia em si, é imprescindível que ela realize seu ideal democrático, ou seja, a efetivação de uma sociedade onde não exista discriminação e na qual todas as pessoas possam desenvolver sua personalidade livremente, algo que não só fascismo nega em absoluto, mas o próprio neoliberalismo não consegue garantir á maioria da população. Posto isso, para Adorno, o problema hoje não é necessariamente o retorno do fascismo clássico, mas os perigos que a própria democracia pode vir gerar por si só, quando grande parte da popula-

ção que vota - elege democraticamente líderes nacionalistas, racistas e xenófobos.

Segundo Zizek deveríamos:

[...] evitar ficar enredados no jogo liberal da «quanta tolerância podemos dispensar ao outro» [...]. A esse nível, claro, nunca somos tolerantes o suficiente, ou somos sempre já demasiado tolerantes [...]. A única maneira de sairmos desse impasse é propormos um projeto universal positivo compartilhado por todos os participantes e pugnarmos por ele. (ZIZEK, 2016, p. 127).

Para Zizek, a luta contra o neocolonialismo ocidental, bem como a luta contra o fundamentalismo, o antissemitismo, ou a luta contra o sionismo agressivo são parte de uma mesma luta universal, nela, os refugiados são o preço da economia global, onde as mercadorias circulam livremente, mas as pessoas não. As novas formas de apartheid e a ameaça de sermos invadidos por estrangeiros é apenas uma demonstração do que existe de falso na globalização capitalista. Embora as grandes migrações não sejam novidade na história humana, já há algumas décadas a principal causa delas são as expansões coloniais. Ainda que a Europa tenha o direito de tentar preservar seus modos de vida e valores, não pode para isso dividir o mundo entre os que têm e os que não têm acesso. É necessário libertar as pessoas da destrutiva dinâmica do capitalismo global.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Aspetos do novo radicalismo de direita**. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Edições 70. 2020.

BELLO, W. F. **Counterrevolution: The Global Rise of the Far Right**. Fernwood Publishing 2019.

DE RIDDER, E.; SCHRIJVERS, A.; VOS, H. Civilian Power Europe and Eastern Enlargement. In: ORBIE, J. **Europe's Global Role: External Policies of the European Union**. Ashgate, 2008. p. 58-239.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest, and money**. Great Minds Series. Amherst: Prometheus Books, 1971.

KRZYZANOWSKI, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A.; WODAK, R. The Mediatization and the Politicization of the “Refugee Crisis”. **Europe**, n° 16 , meses (1–2), p. 1–14, 2018.

LANGE, O. **Political Economy**. v. 2. Pergamon, 2015.

MUDDE, C. Extreme-Right Parties in Eastern Europe. **Patterns of Prejudice**, v. 1 n° 34, p. 5–27, 2000.

STERKX, S. The External Dimension of EU Asylum and Migration Policy: Expanding Fortress Europe? In: ORBIE, J. **Europe’s Global Role: external policies of the european union**. Ashgate, p. 58-239. 2008..

TROTSKY, L. **The Struggle against Fascism**. New York: Pathfinder Press, 1971.

ZIZEK, S. **Europa à Deriva: a verdade sobre a crise de refugiados e o terrorismo**. Lisboa: Objectiva, 2016.